

Conceição Evaristo e Eliane Potiguara: um exercício comparatista

Conceição Evaristo and Eliane Potiguara: a comparative incursion

<https://doi.org/10.34112/2317-0972a2022v40n85p29-45>

DAVINA MARQUES¹

RESUMO: Este trabalho, entendendo a literatura afro-brasileira e indígena como produções singulares no nosso país, faz um recorte da obra de duas autoras, a saber Conceição Evaristo e Eliane Potiguara, explorando seus escritos a partir de um olhar e de uma perspectiva feminista; mais radicalmente ainda, a partir de uma teoria feminista de viés negro, que será levada à questão indígena. Exploraremos dois textos dessas autoras a partir de uma incursão iniciada por bell hooks em “Mulheres negras: moldando a teoria feminista”. A partir do conto “Olhos D’água”, de Conceição Evaristo, e de trechos de “Metade cara, metade máscara”, de Eliane Potiguara, faremos uma discussão sobre as potências libertadoras dessa produção.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura afro-brasileira e indígena; feminismo; comparatismo.

ABSTRACT: This paper, understanding Afro-Brazilian and indigenous literature as unique productions in our country, deals with the work of two authors, namely Conceição Evaristo and Eliane Potiguara, exploring their writings from a feminist perspective or, even more radically, from a black feminist theory perspective, which will be explored also when considering the indigenous peoples. We will read the two texts from an incursion initiated by bell hooks in “Black women: shaping feminist theory” (HOOKS, 2000; 2015). Revisiting the short story

1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Hortolândia/SP – Brasil.

“Olhos D’água”, by Conceição Evaristo, and excerpts from “Metade cara, metade máscara”, by Eliane Potiguara, we will discuss the liberating powers of this production.

KEYWORDS: Afro-Brazilian and indigenous literature, feminism, Comparative Studies.

INTRODUÇÃO

*Apesar de criticar aspectos do movimento feminista como o conhecemos até agora
– crítica que às vezes é dura e implacável –
eu o faço não em uma tentativa de diminuir a luta feminista,
mas de enriquecer, de compartilhar o trabalho de construção
de uma ideologia libertadora e de um movimento libertador.*

bell hooks

As leis 10.639/03 e 11.645/08 (BRASIL, 2003; 2008) deram força a um movimento de muita importância na Educação Brasileira, ao estabelecer a necessidade de inclusão da pauta afro-brasileira, africana e indígena nos currículos escolares. A legislação impulsionou também a produção de textos de autoria afro-brasileira e indígena, dando a autoras e autores mais espaços de pesquisa e estudos acadêmicos e nas escolas.

Este artigo apresenta a literatura afro-brasileira e indígena como produções singulares no nosso país (DUARTE, 2014; MUNDURUKU, 2011; 2018), analisando-as do ponto de vista específico do movimento feminista. Assim, além de trazer duas autoras representantes dessas vertentes literárias, a saber, Conceição Evaristo e Eliane Potiguara, provoca-se a leitura de seus escritos a partir de um olhar e de uma perspectiva feminista; mais radicalmente ainda, a partir de uma teoria feminista de viés negro, levada à questão indígena. Em outras palavras, exploram-se dois textos dessas autoras brasileiras a partir de uma incursão pelo texto da pensadora negra americana bell hooks²: “Mulheres negras: moldando a teoria feminista” (HOOKS, 2000; 2015; 2017).

bell hooks tem se destacado, e obviamente não apenas nesse texto citado, quando nos provoca a rever nossas práticas e nossas formas de atuação no mundo. Convida-nos a amar a negritude, em atitude de mudança³. Em *Olhares negros: raça e representação* (HOOKS, 2019), ela nos lembra que:

2. O nome da autora é escrito em letras minúsculas.

3. Gostaria de registrar que houve e há mulheres brasileiras que se dedicaram à questão negra, com destaque para a produção de Lélia Gonzales, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, Djamilia Ribeiro, entre outras. No

[...] pessoas negras e nossos aliados são empoderados quando praticamos o autoamor como uma intervenção revolucionária que mina as práticas de dominação.

Amar a negritude como resistência política transforma nossas formas de ver e ser e, portanto, cria as condições necessárias para que nos movamos contra as forças de dominação e morte que tomam as vidas negras. (HOOKS, 2019, p. 63).

Esse processo de empoderamento e de amor é da mesma forma importante e urgente para as questões indígenas. E, por outro lado, configura-se como um convite para que pessoas aliadas se juntem a esses grupos em uma postura que seja distinta daquela que temos visto como majoritariamente branca, preconceituosa, racista.

A fim de defender essa ideia, este texto foi dividido em três partes: Literatura afro-brasileira e indígena; Teoria feminista, mulheres negras e indígenas; Convergências feministas entre escrituras de Conceição Evaristo e Eliane Potiguara.

LITERATURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Literatura é literatura.

*Da mesma maneira que as páginas de um livro
podem contar uma linda história sobre um povo e um lugar,
ele também pode ter denúncias de horrores porque é isso que os humanos são.*

Literatura é o que nós somos capazes de fazer.

Ailton Krenak

Antes de entrar propriamente na questão feminista e a fim de aproximarmos as literaturas afro-brasileira e indígena, faz-se pertinente apontar o debate sobre a conceituação de literatura afro-brasileira e de literatura indígena, que tem ocupado muitos pesquisadores. Na abordagem escolhida aqui, teoriza-se a partir de escritos de Eduardo de Assis Duarte e de Daniel Munduruku.

Recorre-se também ao trabalho realizado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade (NEIA), pelo grupo de pesquisa Afrodescendências na Literatura Brasileira e o *literafro* – Portal da Literatura Afro-brasileira, de que participam muitos pesquisadores e pesquisadoras, entre eles o professor Eduardo de

entanto, este artigo foi inspirado pelo manifesto de hooks sobre “moldar a teoria feminista negra”. Mulheres negras norte-americanas também se destacam nessa discussão, como Patricia Hills Collins.

Assis Duarte. No livro *Literatura afro-brasileira: 100 autores do século XVIII ao XX*, organizado por Duarte (2014), encontramos, no capítulo 1, um texto de sua autoria, “Por um conceito de literatura afro-brasileira”, que nos dá a dimensão da discussão teórica a respeito da nomeação de *afro-brasileira* a uma parte da nossa literatura.

Duarte (2014) faz uma retrospectiva dos escritos realizados por afrodescendentes, trazendo a fecunda discussão que analisou a pertinência de se chamar certa produção literária de *literatura negra, negro-brasileira, escrita por negros*, até chegar às características que nos levam a determinar de *afro-brasileira* a literatura que não seja de produção de gente branca e/ou a respeito de negros.

Um dos elementos que marcam esse debate é a ideia de uma negricia ou negrura abafada, quase silenciada, durante muito tempo, em oposição a um sujeito de enunciação que se assume ideologicamente como afrodescendente, indicando um “nós” coletivo e de pertencimento, contra posturas menos engajadas.

Duarte (2014) indica que há um vigor nessa escrita no Brasil e que ela não é recente, mas vem desde o século XVIII. Nos nossos tempos, Duarte destaca a relevância da criação dos *Cadernos Negros* e do grupo *Quilombhoje* como difusores e forma de união de escritores e escritoras de descendência negra. E, além da legislação que já citamos na introdução, ele relata também as ações afirmativas, o crescimento da classe média negra, o aumento do número de profissionais negros com formação superior, resultando em ampliação de público e de demanda por textos e trabalhos diferenciados dos ‘brancos’ nos espaços brasileiros de cultura, de formação e de pesquisa. No Brasil de hoje, segue o autor, temos editoras predominantemente interessadas em promover literatura afro-brasileira e negra.

Da interação dinâmica e simultânea de cinco fatores comentados e exemplificados em seu texto – a saber: temática, autoria, ponto de vista, linguagem e público – Duarte (2014, p. 42) constata a existência de uma literatura afro-brasileira em plenitude. Em linhas gerais, na temática, por abordar um universo humano, social, cultural e artístico específico – afrodescendente; na autoria, por traduzir textualmente uma história própria ou coletiva do povo negro; no ponto de vista, por apresentar, em voz autoral, uma visão de mundo própria e distinta daquela do branco; na linguagem, por explorar uma escrita singular e com sentido de insubordinação; no público, por ir onde o povo negro está. Nesse sentido, é processo e devir, encontrando-se *dentro* e *fora* da literatura brasileira:

Uma literatura empenhada, sim, mas num projeto suplementar (no sentido derridiano) ao da literatura brasileira canônica: o de edificar uma escritura que seja não apenas a expressão dos afrodescendentes enquanto agentes de cultura e de arte, mas que aponte o etnocentrismo que os exclui do mundo das letras e da própria civilização. Daí seu caráter muitas vezes marginal, porque fundado na diferença que questiona e abala a trajetória progressiva e linear de nossa história literária (DUARTE, 2014, p. 43).

Defende-se, aqui, que essa percepção e delimitação da literatura afro-brasileira também funciona para caracterizarmos a literatura indígena, ainda que esta seja muito mais jovem do que aquela reunida no livro organizado por Duarte (2014). Daniel Munduruku é um dos nomes que se levantam na defesa de uma literatura que chamamos de *indígena*. No pequeno ensaio *Literatura versus Literatura indígena: consenso?*, Munduruku (2011) elenca vários pontos que o aproximam do que escreveu Duarte sobre a questão da literatura afro-brasileira. Afinal, da mesma forma que um branco falando sobre a questão negra, um branco falando sobre a questão indígena não terá o elemento autoral e de ponto de vista de uma pessoa indígena. Também o universo e a linguagem precisarão ser recriados ou imaginados, sem o elemento de uma cultura atravessando a voz de quem conta uma história.

Talvez um pouco na linha do lugar de fala ou do ponto de vista feminino que apresentou Djamila Ribeiro em seu livro *Lugar de fala* (2019, p. 69), o lugar social pode não determinar uma consciência discursiva sobre esse mesmo lugar; no entanto, “[...] o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas” e isso pode “[...] quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal”.

Munduruku (2011) instiga-nos a enfrentar as críticas em relação à ‘criação’ da literatura indígena, lembrando o viés particular que indígenas imprimem em seus escritos, com um olhar diferenciado sobre as culturas e as sociedades. Termina esse texto de forma contundente, reafirmando as características da literatura produzida por representantes dos povos indígenas:

É uma literatura autenticamente brasileira – no sentido do pertencimento ao lugar onde se vive e no qual se enterra seus mortos. É uma literatura – na falta de um termo melhor – que está além da própria literatura já que não faz distinção dos jeitos como ela é produzida. Nossos escritos são literaturas, sim. E são indígenas, sim. Não há motivo para negar isso e menos ainda para partilhar com os escritores não-indígenas o merecimento que

nosso esforço tem conseguido em tão pouco tempo. Dizer que o que escrevemos é “apenas” literatura brasileira, é dividir com todos aqueles que escreveram, escrevem e escreverão coisas mediócras a respeito de nossa gente, um *status* que não foi construído por eles. (MUNDURUKU, 2011, n.p.)

Chama-se, então, de literatura *indígena*, o texto com temática, autoria, ponto de vista e linguagem de indígenas, com uma única distinção em relação às categorias anteriormente citadas: o público. O público, no encaminhamento de Duarte (2014), tem bastante a ver com o próprio grupo que escreve. No caso dos indígenas, a literatura pode ter essa característica, mas se trata também de um texto que se dá a conhecer por outros grupos. Nos dizeres de Munduruku (2018, n.p.), trata-se de uma literatura “[...] comprometida com a conscientização da sociedade brasileira sobre os valores que os povos originários carregam consigo apesar dos cinco séculos de colonização”. Talvez esse ponto merecesse ser incluído na lista de Duarte, já que também diz respeito ao povo negro.

Para finalizar esta seção, são relevantes as palavras de Ailton Krenak, outra liderança indígena brasileira extraordinária, que tem sido bastante publicado e traduzido nos últimos anos. Em uma entrevista concedida à Revista *Quatro cinco um* – a revista dos livros, em seu 42º episódio, intitulado “Mais ideias para adiar o fim do mundo”, Krenak fala também da literatura indígena e sobre a importância de se ler essa literatura:

Talvez seja o fato de ouvir de viva voz quem vive a experiência da história como uma ameaça constante ao nosso desaparecimento. Já que existe um evento histórico que chamam de descobrimento da América, nós poderíamos considerar que esses narradores mudos, invisíveis... Afinal de conta são 500 anos, e estou falando de uma literatura de 30 anos. Então é: onde estavam essas pessoas que não podiam falar até ontem? Eles não morreram todos, né? Alguns estão vivos, falando, escrevendo, cantando, fazendo cinema, entrando nisso que chama arte, quando, na verdade, esses povos sempre contaram histórias... Foi assim que ensinaram seus filhos a viver até agora, ao longo dessa jornada de resistência... Então, ler essa literatura é ouvir de viva voz como esses povos chegaram vivos ao século XXI, atravessando tantas ameaças e atravessando tantas maldições, digamos assim.

O antropólogo Viveiros de Castro diz que os povos indígenas se especializaram em fim de mundo, porque eles viveram o fim de muitos mundos. Alguns registros contam que nós éramos mais de 900 etnias de povos diferentes aqui. Os Tupinambá lá no litoral, os Guarani, os Tupiniquim, os Xavante, os Krenak, os Caiapó, os Yanomami, os Kaingang,

uma lista enorme, e que foram sendo eliminados durante a colonização até que chegaram a 305, como são contados hoje. É escandaloso que um continente tenha matado seus povos nativos para plasmar uma colonização, com outras línguas, com outras ideias, com outras histórias, numa marcha constante, matando os rios, derrubando a floresta, tacando fogo na Amazônia... [...]

Eu não sou um artista que inventa enredos para distrair as pessoas. Eu sou um homem do meu tempo e o meu povo está ameaçado. Eu estou tentando contar histórias que despertem as pessoas, que façam as pessoas acordar. Agora nós estamos num tempo de guerra. Para a ocasião, eu não tenho nenhuma história muito alegre para contar não... (KRENAK, 2021, a partir de 15 min).

Com Krenak, é possível fazer o movimento inverso daquele feito com Duarte e trazer suas palavras para pensar também o movimento do povo africano forçadamente espalhado pelo mundo e cuja história o nosso país e tantos outros teimam em recusar. Maurício Negro, na apresentação do livro *Nós: uma antologia de literatura indígena*, que organizou e ilustrou, afirma: “A chamada literatura indígena carrega esse desejo profundo de reatar e fortalecer os laços entre todos nós, de uma sabedoria antiga, cujos ecos ainda estão por aí pedindo reforço em palavras e imagens” (NEGRO, 2019, p. 11). Concordando com esse artista, defende-se que “a chamada literatura afro-brasileira” também nutre os mesmos anseios.

TEORIA FEMINISTA, MULHERES NEGRAS E INDÍGENAS

*Minha consciência da luta feminista
foi estimulada pela circunstância social.*
bell hooks

No universo literário, percebe-se então um movimento de apagamento e silenciamento dessas vozes de povos originários e afrodescendentes. Contudo, esses grupos resistem, sempre resistiram, e continuam contando suas histórias. Se inicialmente isso era feito principalmente de forma oral, hoje se pode dizer que estão sendo registradas em papel ou nas *peles de imagens*⁴, nos dizeres do povo Yanomami.

4. Cf. KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 64 e p. 610.

Entretanto, há que se registrar, entre nós, uma separação de outra ordem, a dos gêneros. Daí que as mulheres têm ainda menos lugares no mundo e, no caso que interessa aqui, na literatura. Quando se pensa nos livros lidos em processos de educação formal em todos os níveis, é simples constatar que a vasta maioria das obras que nos são dadas a ler é de autoria masculina. Basta, inclusive, como exemplo, a seção anterior.

A luta das mulheres por reconhecimento no universo social, do trabalho, da política, da cultura e das artes tem sido um movimento contínuo transpassado por muitas dores, violências e disputas. São exploradas essas ideias a partir de um pequeno texto da escritora afrodescendente norte-americana bell hooks, cujas obras apresentam estudos sobre raça, gênero, classe e relações sociais opressivas, em discussões sobre arte, história, feminismo, educação e mídia de massa. “Mulheres negras: moldando a teoria feminista” (HOOKS, 2015; 2017⁵) é um ensaio em que essa autora critica a ideia de um coletivo “nós” para as mulheres, demonstrando como, nos Estados Unidos, as mulheres negras foram excluídas dos processos feministas de conhecimento e de política. Ela relata movimentos de opressão, exclusão e silenciamento das mulheres negras dentro do próprio movimento feminista e busca a construção de um projeto político feminista de outra ordem dentro da teoria. Nas palavras finais, bell hooks (2015, p. 208) reafirma seu ponto de vista:

A formação de uma teoria e uma práxis feministas libertadoras é de responsabilidade coletiva, uma responsabilidade que deve ser compartilhada. Apesar de criticar aspectos do movimento feminista como o conhecemos até agora – crítica que às vezes é dura e implacável – eu o faço não em uma tentativa de diminuir a luta feminista, mas de enriquecer, de compartilhar o trabalho de construção de uma ideologia libertadora e de um movimento libertador.

Com essa perspectiva em mente, alguns aspectos do seu trabalho são destacados a fim de ajudar na análise dos textos das autoras Conceição Evaristo e Eliane Potiguara. Quando critica o viés branco da teoria feminista, bell hooks (2015) afirma que, ao se comparar mulheres, não se trata de comparar sofrimentos. Trata-se, no entanto, de promover a conscientização de que foram as mulheres brancas que iniciaram e que domina(ra)m o discurso feminista, com destaque menor para a questão racial e de classe

5. Acessou-se inicialmente o livreto em espanhol, publicado pela Fuzilemos la noche (2017). O ensaio foi publicado inicialmente como o primeiro capítulo do livro *Feminist theory: from margin to center* (HOOKS, 2000).

dentro desse pensamento. O resultado disso foi, durante muito tempo, um silenciamento das mulheres negras nos encontros dos movimentos feministas, segundo a autora.

bell hooks (2015) defende que as questões feministas estão indissolúvelmente ligadas ao racismo e à luta de classes. Afinal, o feminismo americano não surgiu entre vítimas de uma violência masculina, essa violência mental, física e espiritual a que as mulheres de grupos minoritários são submetidas cotidianamente. E, apesar de a autora se dedicar especificamente à questão da mulher negra no feminismo, suas afirmações são válidas também para as mulheres indígenas. O movimento inicial do feminismo “[...] não falou das necessidades das mulheres sem homem, sem filhos, sem lar, ignorou a existência de todas as mulheres não brancas e das brancas pobres” (HOOKS, 2015, p. 194).

Citando Rita Mae Brown, hooks (2015) aponta a pertinência da categoria “classe” nos estudos feministas, pois é a classe que determina os comportamentos adotados, o que se espera de cada mulher e das outras pessoas, como se age, pensa e se sente. “São esses padrões de comportamento que devem ser reconhecidos, compreendidos e alterados.” (Rita Mae Brown, 1974, p. 15 *apud* HOOKS, 2015, p. 196).

Com Susan Griffin⁶, a autora lembra que a teoria feminista assumiu um caráter de ideologia quando organizava a experiência e impedia que houvesse críticas, negando que novos conhecimentos fossem agregados, tentando disciplinar tudo o que parecesse não se encaixar no pensamento consolidado, sufocando a dissidência. A esse respeito, hooks (2015, p. 202) é assertiva:

Resistimos à dominação hegemônica do pensamento feminista insistindo que ele é uma teoria em formação, em que devemos necessariamente criticar, questionar, reexaminar e explorar novas possibilidades. Minha crítica persistente foi construída por minha condição de membro de um grupo oprimido, por minha experiência com a exploração e a discriminação sexistas e pela sensação de que a análise feminista dominante não foi a força que moldou minha consciência feminista. Isso se aplica a muitas mulheres.

hooks (2015) aponta que as mulheres negras não se organizavam coletivamente em torno do tema “feminismo” nos Estados Unidos porque enfrentam cotidianamente essas questões, ocupando, como as mulheres indígenas, uma posição incomum na sociedade, inferior a todos os outros grupos, suportando não apenas o fardo machista de seus ambientes, mas também os enfrentamentos de raça e classe presentes no cotidiano.

6. Cf. HOOKS, 2015, p. 202.

Por outro lado, ela observa que grupos minoritários se fortalecem em união e resistência:

[...] as negras, assim como outros grupos de mulheres que vivem diariamente em situações de opressão, muitas vezes adquirem uma consciência sobre a política patriarcal a partir de sua experiência de vida, da mesma forma com que desenvolvem estratégias de resistência (mesmo que não consigam resistir de forma sustentada e organizada) (HOOKS, 2015, p. 203).

Nesse sentido, escritos como os de Conceição Evaristo e Eliane Potiguara podem ajudar a pensar questões que atravessam as mulheres em nosso país. Em uma análise comparatista, três aspectos do pensamento de bell hooks (2015) serão abordados nos textos literários, na próxima seção, a partir das seguintes categorias: o feminismo como combate à violência mental, física e/ou espiritual; as questões ligadas ao racismo e à luta de classes; e a união das mulheres nos grupos oprimidos afro-brasileiros e indígenas.

De acordo com os Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, uma “área efervescente de saber”, o comparatismo é marcado por transversalidade, pelo estabelecimento de relações entre saberes, entre artes, segundo Eduardo Coutinho (2017, p. 18). No comparatismo, questionam-se discursos coesos e universalizantes, em defesa de outros mais plurais, descentralizados, historicamente situados e atentos a diferenças (COUTINHO, 1996).

Entre contrastes e convergências, como feito desde o início desta escrita, busca-se o contínuo entrelaçamento dos textos com a intenção de dar a ver, sentir e perceber pensamentos distintos de uma lógica hierarquizada, desenvolvendo reflexões “[...] que possam atuar no campo social de modo a contribuir para a eliminação das exclusões e das desigualdades sociais” (COUTINHO, 2017, p. 17), por mais ambiciosa que seja essa intenção.

CONVERGÊNCIAS E SINGULARIDADES FEMINISTAS ENTRE ESCRITURAS DE EVARISTO E POTIGUARA

Conceição, Iyalodê⁷, canta sua cantiga. Conta.
Propaga o axé. [...] convida-nos a cantar com ela. Fazer existir outro mundo.

7. Iyalodê é palavra de origem iorubana e refere-se à mulher que lidera as mulheres na cidade e/ou à mulher dona do grande poder feminino; é termo de honra dado aos orixás femininos nas casas de candomblé.

Eu agradeço.
Jurema Werneck
(introdução ao livro *Olhos d'água*)

[...] um conjunto de vozes tecido à luz do conhecimento ancestral, das tradições indígenas e, ao mesmo tempo, [...] a estreita relação entre mito e poesia, história e memória, lugar e nação, identidade e alteridade. Esses e outros aspectos da crítica-escritura de Eliane Potiguara dão conta de que é fecunda a palavra da mulher indígena. [...] Eliane Potiguara imprime um rico tratamento poético a esses problemas. Graça Graúna
(introdução ao livro *Metade cara, metade máscara*)

No exercício de ler a literatura escrita por mulheres negras e por mulheres indígenas, explora-se a possibilidade de análise comparatista a partir de um olhar específico feminista. Primeiramente, reconhecendo os textos selecionados como exemplos da literatura afro-brasileira e da literatura indígena. Ambos os livros, *Olhos d'água*, de Conceição Evaristo, e *Metade cara, metade máscara*, de Eliane Potiguara, exploram os específicos universos dos grupos a que pertencem; traduzem textualmente histórias próprias ou coletivas; apresentam visões de mundo particulares e distintas daquelas de brancos; apresentam escritas singulares e com sentido de insubordinação – Conceição com sua escrevivência (texto que ela descreve como “profundamente marcado pela minha experiência de mulher negra na sociedade brasileira”, “escrevivência que se dá realmente através dessa vida que é a vida do povo negro”, “uma forma de sangrar”⁸) e Eliane com sua crítica-escritura (texto de uma “testemunha dos tempos”, marcado por “sons de tempos imemoriais”⁹); e destinam suas obras a seus próprios grupos, mas também para ampliação da compreensão de qualquer pessoa sobre o universo afro-brasileiro e o universo indígena, o que explica a tradução de suas obras e a recepção crescente de seus escritos.

Será feita, dentro dos limites de um artigo, uma abordagem dessas obras em um recorte que considera os seguintes elementos do feminismo: o combate a uma

8. Cf. EVARISTO, 2000.

9. Cf. POTIGUARA, 2018, p. 107 e p. 106.

violência mental, física e espiritual; as questões ligadas ao racismo e à luta de classes; e a união das mulheres nos grupos oprimidos afro-brasileiros e indígenas.

O conto “Olhos d’água” é o primeiro da coletânea do livro homônimo de Conceição Evaristo (2016). É um texto relativamente curto, mas muito forte e carregado de sensibilidade, entre outros do mesmo tipo nessa mesma obra. Nesse conto, a narradora apercebe-se que não se lembra da cor dos olhos de sua mãe. A cada parágrafo que retoma uma memória, lembra detalhes singulares, porém, para sua consternação, não consegue lembrar a cor dos olhos dela. Finalmente vai visitá-la e emociona-se. Mais tarde, passa por situação semelhante com a própria filha. Esse resumo é quase uma ofensa ao texto e, por isso, é preciso desculpar-se. A intenção é de, retomando brevemente o enredo, mostrar que a narrativa não é marcada por violência física. Relevante, contudo, para esta abordagem, é apontar que é um texto de personagens femininas. Há uma mãe e sete filhas, e a filha mais velha, narradora, é mãe de uma menina. As violências surgem porque há “dificuldades”: “Sempre ao lado de minha mãe aprendi a conhecê-la. Decifrava o seu silêncio nas horas de dificuldades, como também sabia reconhecer em seus gestos, prenúncios de possíveis alegrias”¹⁰; há referência à infância da mãe, na qual “[...] as crianças andavam nuas até bem grandinhas”; há referências à falta de alimento, quando “da panela subia cheiro algum. [...] como se cozinhasse ali, apenas o nosso desesperado desejo de alimento”, e a “fome se distraía”; conta-se da vida em um barraco, que tinha como um brincar possível comer pedacinhos de nuvens roubados do céu pela mãe, e que derretiam na boca; diz-se de um barraco que assombrava em tempos de chuva, com lamentos-prantos da mãe – “Chovia, chorava! Chorava, chovia!”. E, nos movimentos de lidar com a fome e distrair as crianças, nos dias de “parco alimento”, a mãe se dava às filhas como Senhora, como Rainha:

Ela se assentava em seu trono, um pequeno banquinho de madeira. Felizes colhíamos flores cultivadas em um pequeno pedaço de terra que circundava o nosso barraco. Aquelas flores eram depois solenemente distribuídas por seus cabelos, braços e colo. E diante dela fazíamos reverências à Senhora. Postávamos deitadas no chão e batíamos cabeça para a Rainha. Nós, princesas, em volta dela, cantávamos, dançávamos, sorríamos. A mãe só ria, de uma maneira triste e com um sorriso molhado... [...] Eu sabia, desde aquela época, que a mãe inventava esse e outros jogos para distrair a nossa fome. E a nossa fome se distraía (EVARISTO, 2016, p. 17).

10. O texto tem apenas cinco páginas. As citações destes parágrafos estão nas páginas 16, 17 e 18 (EVARISTO, 2016).

Essas violências ‘de outra ordem’, tão cotidianas em nosso país, da fome, da falta de moradia, do desamparo e de um mundo estritamente feminino, são obviamente resultado de uma exploração de classes: a mãe brincava sempre com as filhas quando podia deixar “por uns momentos o lava-lava, o passa-passa das roupagens alheias”. E essa história se repetia (repete-se), pois às vezes “as histórias da infância de minha mãe confundiam-se com as de minha própria infância”.

Afinal, os olhos da mãe traziam “águas correntezas” e os “prantos e prantos” enfeitavam o seu rosto. E a mãe e as irmãs viviam felizes juntas, apesar dos momentos de dificuldade. Essa mãe sabia brincar, carregava rios dentro de si, águas correntezas transbordantes. Elas se abraçavam. A narradora nunca se esquecera da mãe e reconhece a presença feminina em sua história:

Reconhecia a importância dela na minha vida, não só dela, mas de minhas tias e todas as mulheres de minha família. E também, já naquela época, eu entoava cantos de louvor a todas nossas ancestrais, que desde a África vinham arando a terra da vida com as suas próprias mãos, palavras e sangue. (EVARISTO, 2016, p. 18).

Reverência, valorização da ancestralidade e dos laços entre as mulheres. E o conto termina com uma brincadeira de afeto entre a narradora e a filha, que remete ao gesto dela com sua mãe.

O livro de Eliane Potiguara, por sua vez, mistura relatos, depoimentos, poesia, cosmologias indígenas, narrativas de momentos históricos e de relevância para a autora¹¹. Aliás, vale apontar que, por ser outro tipo de texto, Potiguara relata seu encontro com lideranças femininas negras e assume um tom diferente do assumido por Evaristo em sua prosa.

O capítulo 03, “Ainda a insatisfação e a consciência da mulher indígena”, selecionado para esta análise, conta que Cunhataí, criança, ouvia espíritos da floresta e via a mãe das águas. Cunhataí é personagem inventada que, junto com o jovem Jurupiranga, sobreviveu à colonização: “juntos vão nos contar suas dores, lutas e conquistas. Esses personagens são atemporais e sem locais específicos de origem. Eles simbolizam a família indígena, o amor, independentemente do tempo, local,

11. Eliane é ativista, visitou diversos países, atuou nas Nações Unidas, estava presente em Brasília por ocasião dos debates da Constituição 1988. Narra nesse seu livro muitas dessas passagens.

espaço onírico ou espaço físico, podem mudar de nome, ir e voltar no tempo e no espaço” (POTIGUARA, 2018, p. 30-31).

Cunhataí sofre com os pesares de seu povo, com as tristezas da mãe, com a morte da avó. Entre as violências sofridas estava o poder dos colonizadores. Ela precisa partir, fortalecer-se para, somente depois, poder voltar à sua terra e ser reconhecida pelos seus. O primeiro poema desse capítulo, “O segredo das mulheres”, narra a força da mulher indígena: “Durante séculos/ As avós e mães esconderam na barriga/ As histórias, as músicas, as crianças,/ As tradições da casa,/ O sentimento da terra onde nasceram,/ As histórias dos velhos/ Que se reuniram pra fumar cachimbo./ Foi o maior segredo das avós e das mães.”¹² A partir de então, os homens também se fortaleceram.

Há em Cunhataí a marca da insatisfação e, ao mesmo tempo, a consciência da mulher guerreira, que protege e busca suas raízes. Assim, nos poemas desse capítulo, vemos que, apesar da tristeza resultante da consciência das causas dos problemas dos grupos indígenas, pelo roubo, pela morte e pelos assassinatos, pelo sangue derramado, pelas lágrimas, ela entende que tudo isso a ensinou a ser “sábua, paciente, profunda”. O preconceito e o racismo, enfrentados, fortalecem-na e a enchem de esperança. Vendo-se como irmã de outras mulheres, luta. Registra-se o poema “Mulher!” na íntegra para falar desse lugar da mulher indígena:

MULHER!

Vem, irmã
bebe dessa fonte que te espera
minhas palavras doces ternas.
Grita ao mundo
a tua história
vá em frente e não desespera.

Vem, irmã
bebe da fonte verdadeira
que faço erguer tua cabeça
pois tua dor não é a primeira
e um novo dia sempre começa.

12. Cf. POTIGUARA, 2018, p. 69. As próximas citações estão nos poemas das páginas 69 a 77.

Vem, irmã
lava tua dor na beira-rio
chama pelos passarinhos
e canta como eles, mesmo sozinha
e vê teu corpo forte florescer.

Vem, irmã
despe toda a roupa suja
fica nua pelas matas
vomita o teu silêncio
e corre – criança – feito garça.

Vem, irmã
liberta tua alma aflita
liberta teu coração amante
procura a ti mesma e grita:
sou uma mulher guerreira!
sou uma mulher consciente!
(POTIGUARA, 2018, p. 76-77).

A mulher indígena deve fortalecer-se, recuperar sua estima, para manter-se guerreira e consciente para ajudar o seu povo. Os escritos de Potiguara podem não ter a mesma poeticidade dos de Evaristo. Está claro, contudo, que ambas bebem nas forças da ancestralidade e que, como se vê neste recorte, configuram mulheres que enfrentaram e enfrentam dificuldades, resistindo com amor, consciência e certeza da força do grupo de que fazem parte. Essas escritoras inventam uma forma de falar das mulheres e do seu povo. É até possível não considerar essas obras como feministas, mas, considerando as questões levantadas por bell hooks, certamente observa-se aqui o empoderamento das mulheres no nível individual, algo que remete aos processos apontados pela pensadora americana quando se refere à mulher dos grupos minoritários em seu país. Essas mulheres estão, como as personagens dos textos literários aqui referenciados, nas margens das teorias e das políticas públicas, mas a cada geração algo muda, com mais consciência de suas histórias e de seus lugares no mundo.

Quem lê essas obras recebe um convite, um chamado, para ver com outros olhos, para apoiar a luta contra o racismo e a opressão. E, do ponto de vista

feminista, lutar para que essas mulheres não fiquem de fora de toda uma pauta de reivindicações. São textos que nos inspiram a pensar uma outra vida possível, mais livre para todas as mulheres, compatível com o desejo expresso nas palavras de Eliane Potiguara (2018, p. 80): “Que possamos construir, a partir de agora, uma grande frente de energias, apoiada por todos que lêem ou ouvem este compromisso, para garantir a dignidade de povos abandonados [...]”

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 13 maio. 2020
- BRASIL. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 13 maio. 2020.
- COUTINHO, Eduardo F. Do uno ao diverso: breve histórico crítico do comparatismo. **Organon** – Revista do Instituto de Letras da UFRGS, v. 10, n. 24, n.p., 1996.
- COUTINHO, Eduardo F. O comparatismo e seus diálogos nos tempos de hoje. **Revista ComparArte**, v. 01, n. 01, p. 08-19, 2017.
- DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). **Literatura afro-brasileira: 100 autores do século XVIII ao XX**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
- EVARISTO, Conceição. Escrivência. **Leituras Brasileiras**. [Entrevista – depoimento]. 06 fev. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxvY>. Acesso em: 13 maio. 2020.
- EVARISTO, Conceição. **Olhos d’água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.
- HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.
- HOOKS, bell. **Feminist theory: from margin to center**. 2. ed. Cambridge, MA: South End Press, 2000.
- HOOKS, bell. **Mujeres negras: dar forma a la teoria feminista**. Oaxaca, México: Fusilemos la noche, 2017.
- HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Revisão de Flávia Biroli. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 16, p. 193-210, abr. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 fev. 2021. <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

- KRENAK, Ailton. Mais ideias para adiar o fim do mundo. [Entrevista cedida a] Paula Carvalho. **451 MHz**, podcast 42, São Paulo, 04 jun. 2021. Disponível em: <https://www.quatrocincoum.com.br/podcasts/repertorio-451-mhz/mais-ideias-para-adiar-o-fim-do-mundo>. Acesso em: 07 jun. 2021.
- MUNDURUKU, Daniel. A literatura indígena não é subalterna. **Conexões Itaú Cultural**, 2018. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/a-literatura-indigena-nao-e-subalterna>. Acesso em: 17 fev. 2021.
- MUNDURUKU, Daniel. Literatura versus literatura indígena: consenso? **Mundurukando**, 2011. Disponível em: <https://danielmunduruku.blogspot.com/2011/12/literatura-versus-literatura-indigena.html>. Acesso em: 17 fev. 2021.
- NEGRO, Mauricio (Org.). **Nós**: uma antologia de literatura indígena. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2019.
- POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. São Paulo: Uka Editorial, 2018.
- RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais)

SOBRE A AUTORA

Davina Marques é Doutora em Estudos Comparados de Literaturas de L. Portuguesa pela FFLCH/USP; Mestre em Educação (UNICAMP); Formada em Letras e Pedagogia.

E-mail: davina.marques@ifsp.edu.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8025-7759>.

Recebido em 01 de novembro de 2021 e aprovado em 05 de julho de 2022.